



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CAPÍTULO 4

CONVÊNIOS

No exercício de 2019 o Serviço de Análise de Contratos e Convênios (SEAC) envidou esforços, inclusive direcionou com exclusividade parte da equipe, com foco na análise das prestações de contas ainda pendentes de conclu-

são, tanto da área técnica como também, em alguns casos, área financeira.

A seguir, destaca-se a situação dos convênios analisadas no exercício de 2019:

SIAFI	Convenientes	Status
133823	DIA - Documentação Indigenista e Ambiental	Enviado para Instauração de Tomada de Contas Especial (TCE)
331013	Município de Eunápolis	Em fase de finalização uma vez que não cabe TCE, tendo em vista que o valor glosado ser abaixo de R\$ 100.000,00
346913	Prefeitura Municipal de Porto Seguro	Aprovado no SIAFI
544568	Governo do Estado de Roraima	Enviado para Instauração de Tomada de Contas Especial (TCE)
598626	Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha - ACIPA/COVER	Enviado para Instauração de Tomada de Contas Especial (TCE)
640052	ACMA - Associação de Cultura e Meio Ambiente	Enviado para Instauração de Tomada de Contas Especial (TCE)
553551	Associação Indígena AKWE	Aprovado no SIAFI
628670	Associação Indígena AKWE	Enviado à CGLIC/DPDS para análise do cumprimento do objeto
660510	Associação Indígena AKWE	Em fase de análise
793179/2013 (SICONV)	Associação Apoio Atividades Programa Parakama	Aguardando finalização do prazo para envio da Prestação de Contas

Tabela 34 – Lista de convênios

SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS

Foram analisadas as Prestações de Contas do Convênio celebrado com o Instituto KABU (SIAFI 659153), relativas aos seguintes períodos:

- a) 01/2015 a 04/2015;
- b) 05/2015 a 12/2015;
- c) 01/2016 a 06/2016;
- d) 07/2016 a 12/2016;
- e) 01/2017 a 06/2017;
- f) 07/2017 a 12/2017;
- g) 01/2018 a 06/2018;
- h) 07/2018 a 12/2018;
- i) 1º semestre de 2019.

PUBLICAÇÕES

É condição indispensável para eficácia legal dos contratos e termos aditivos a publicação de seus instrumentos na Imprensa Oficial, em obediência ao Decreto nº 93.872 os extratos devem conter o objeto resumido, modalidade da licitação, dotação orçamentária para cobertura da despesa, valor contratado, data de assinatura entre as partes, vigência, nome dos partícipes, testemunhas.

Do total de 837 processos recebidos durante o exercício de 2019, 486 foram publicados

na Imprensa Oficial, pelo Serviço de Contratos e Convênios, 121 referiam-se à formalização de novos contratos, 267 de Termos Aditivos e 349 Atas de Registro de Preços.

ATO DE GESTÃO

Organização e controle interno do Serviço de Análise de Contratos e Convênios a fim de promover: o acompanhamento do quantitativo

de processos recebidos pelo setor, bem como elencar os tipos de instrumentos destinados a publicação na Imprensa Oficial, detectar as principais dificuldades técnicas apresentadas pelas Coordenações Regionais quando no envio do processo destinado à publicação, bem como orientar e, também, conhecer os principais objetos relativos às contratações e prorrogações.

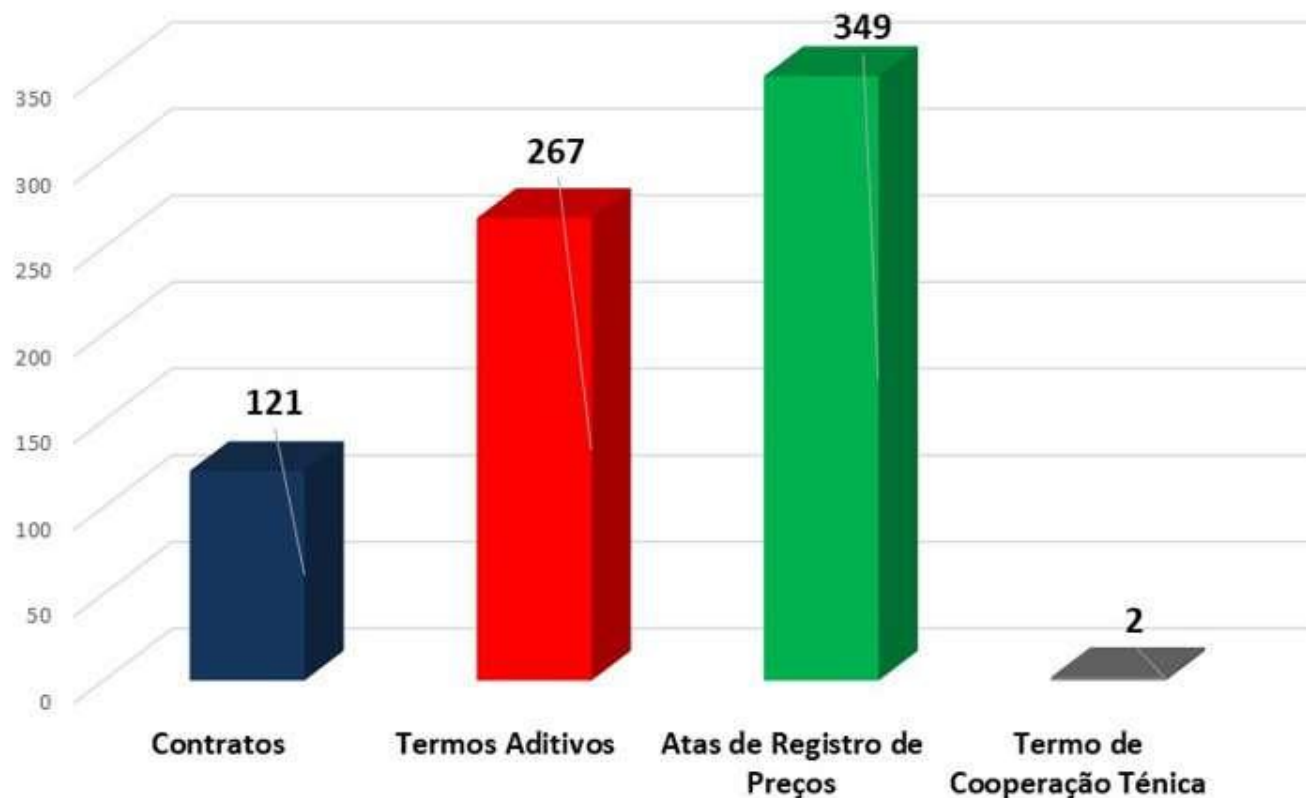


Gráfico 69 – Contratos e convênios por tipo de instrumento contratual

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Coordenação de Contabilidade - CCONT, de acordo com a Portaria 666/2017, compõe a estrutura da Diretoria de Administração e Gestão – DAGES da Funai, que conforme artigo 62 exerce a competência de setorial de contabilidade.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas da Funai tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- >> Serviço de Análise Contábil - SEACONT
- >> Serviço de Análise de Contratos - SEAC
- >> Serviço de Prestação e Tomada de Contas - SEPT

As Demonstrações Contábeis da Fundação Nacional do Índio são as seguintes:

- >> Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do Órgão.
- >> Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.

>> Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

>> Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

>> Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – demonstra as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI.

AVANÇOS

Cabe ressaltar que no exercício de 2019 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis da Funai, dentre elas destacamos as seguintes:

>> Análise da Prestação de Contas de 8 (oito) Convênios pendentes de análise de Prestação de Contas;

>> Encaminhamento de 4 (quatro) Processos de Convênios para Instauração de Tomada de Contas Especial;

>> Celeridade no fluxo de análise dos processos recebidos na SEAC.

RESSALVAS

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de trabalho da Funai, na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

As unidades alegaram, principalmente, a falta de recursos humanos destinada ao desempenho das atividades administrativas, além da necessidade de capacitação dos novos servidores empossados. Aliado a esses fatos, constatou-se ainda que algumas Unidades da Funai alegam dificuldades de comunicação (acesso à internet), o que contribui para atrasos de envio de informações de forma tempestiva.

FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Na maioria dos casos, foram justificadas pela escassez de servidores destinados ao desempenho das atividades administrativas e que as ocorrências se deram, principalmente, nas ausências ou afastamentos dos responsáveis pela conformidade de registro de gestão, tanto do titular como do substituto, por motivos de agenda institucional externa e férias regulamentares. A carência de pessoal nas unidades da Funai não permite, na maioria dos casos, que exista um número suficiente de servidores habilitados/capacitados para realização de atividades de conformidade de registros de gestão, que acaba recaindo a responsabilidade, quase que exclusivamente, ao próprio Ordenador de Despesas e seu substituto, que frequentemente tenham que se deslocarem para áreas indígenas em que os meios de comunicações são precários sem acesso adequado ao sistema SIAFI e SEI para análise e realização dos devidos registros.

SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE COM O RMA

A diferença de saldo existente deve-se ao fato de problema, recorrente, no SIADS, já acio-

nado o gestor (SERPRO) do sistema para dar solução.

SLD ALONG/INDEV. CONTAS TRANS. AT. CIRCULANTE

Trata-se de saldos alongados nas contas contábeis 11.311.01.05 (Salários e ordenados – adiantamento), 11.381.12.00 (Crédito a receber por cessão de pessoal) e 11.381.17.00 (Créditos a receber decorrentes de folha de pagamento). Os valores são originários de exercícios financeiros anteriores a 2019 e não foram efetuados lançamentos durante o exercício, exceto a conta 11.311.01.05 (Salários e ordenados – adiantamento). Quanto ao saldo da conta contábil 11.311.01.05 - Salários e ordenados – adiantamento, o único adiantamento tratado na folha de pagamento, à exceção do adiantamento da gratificação natalina, é o adiantamento salarial de férias, o qual, por definição em Lei, deverá ser pago, quando solicitado pelo servidor, no mês que antecede o início das férias e descontado no mês subsequente ao do início das férias. No que tange a conta contábil 11.381.12.00 - CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL - O assunto já é objeto de processo específico que está sendo tratado na área responsável pela gestão de pessoas, a qual está adotando medidas para

a devida regularização. 21.111.01.02 (décimo terceiro a pagar) o saldo registrado no final do exercício trata-se de equívoco do gestor, cujo valor foi ajustado no mês de janeiro de 2020.

FALTA DE ATUALIZ. VALORES ATIVO REALIZ. LP

Trata-se de valores remanescentes de aquisição de linhas telefônicas com direito a cota de ações das empresas prestadora dos serviços, os quais foram absorvidos pelo então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Inventariança do Extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND que foram recolhidos à conta da Funai e encontra em fase de individualização entre às unidades para efetivar os devidos ajustes/regularização no SIAFI.

SALDO A LONGADO/INDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVO NÃO CIR. IMOBILIZADO

Com relação às contas 12.321.06.01 (Obras em andamento) e 12.321.07.00 (Instalações), os saldos são decorrentes de obras realizadas há anos foram finalizadas e as Coordenações Regionais estão buscando informações para a devida transferência de conta contábil e a sua regularização. Referem-se também a

transferência de saldos por fusão/cisão e extinção de extintas Administrações Regionais, onde os saldos estão sendo analisados e tomadas as devidas providências para regularização. Ademais, em relação à conta contábil 12.321.08.00 (Benfeitorias em Propriedades de Terceiros), as unidades estão realizando análise dos documentos de forma a identificar valores e a forma de tratamento, junto aos proprietários desses imóveis. Com relação as contas do subgrupo bens Móveis, referem-se a valores classificados em bens não definidos, que requerem levantamento e identificação para que se possa proceder com os devidos ajustes e regularizações, neste contexto as unidades informaram que na ocasião do inventário patrimonial será verificada a busca por cada bem registrado e feita a devida correção.

FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMOV/INTANG/OUTROS

A falta de reavaliação de bens móveis, se deve principalmente à falta de conclusão dos trabalhos das comissões de levantamento patrimoniais das unidades aliada a insuficiência de pessoal e a falta de qualificação profissional dos servidores para bem desenvolver as tarefas. Além disso, com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS nas unidades, a responsabilidade pela reavalia-

ção do patrimônio passou a ser das unidades regionais. Para tanto, para o procedimento de reavaliação de bens móveis, faz-se necessário à criação de comissão “especial”, lavrando todos os atos em um processo específico. Verificou-se que há uma demanda advinda das Coordenações Regionais da criação de comissões compostas por servidores das localidades e de servidores do serviço de Patrimônio da sede em Brasília-DF, para que os trabalhos fluam. Salienta-se que algumas unidades criaram comissões de reavaliação patrimonial. Nestas, o Relatório de Avaliação de Bens está em fase de elaboração, e se propõe corrigir as distorções no decorrer do exercício de 2020. Contudo há situações em que os trabalhos das Comissões não têm evoluído conforme esperado, tendo em vista a insuficiência de pessoal e necessidade de capacitação dos servidores envolvidos, que alegam falta de conhecimento técnico para regularizar a situação.

SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB

Quanto à diferença entre os saldos dos bens móveis do sistema SIAFI, com o RMB do sistema de gerenciamento patrimonial SIADS, nas unidades, foram criadas comissões patrimoniais de inventário de bens móveis, com o objetivo de conciliar os demonstrativos, SIADS e SIAFI, para

regularizar as possíveis distorções de registros, no entanto os trabalhos não têm evoluído dentro do esperado, tendo em vista a carência de pessoal e necessidade de capacitação dos servidores envolvidos, as unidades alegam, principalmente, a falta de recursos humanos com conhecimento técnico para analisar, avaliar e regularizar as situações divergentes encontradas. A existência de valores transferidos de unidades extintas ou incorporadas dificulta o acesso aos documentos que fundamentaram os registros contábeis, de forma que há a necessidade de atuação articulada das unidades desta Fundação. A Coordenação de Contabilidade da Funai vem acompanhando, sistematicamente, a evolução dos resultados, orientando na medida de sua competência regimental, às unidades, no sentido de sanar as irregularidades existentes.

FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZ

Trata-se, principalmente, de unidades que se encontram sem movimento, tendo em vista transferências das atribuições a outro órgão e não efetivada a devida movimentação dos saldos patrimoniais no sistema SIAFI. As unidades envolvidas e responsáveis por esses recebimentos estão interagindo e fazendo gestão para solucionar a situação.

SLD.ALONG/INDEV.CONTAS CONTROLE

Trata-se de:

- a) impostos retidos e não recolhidos no período correto;
- b) pagamentos a fornecedores devolvidos por domicílio bancário não habilitado para recebimento;
- c) entre outras situações que estão sendo orientadas e monitoradas por parte desta setorial de contabilidade.

USO INADEQUADO DE SITUAÇÃO NO CPR CAUSANDO REG. EM CONTA INDEVIDA

Trata-se uso inadequado de código de situação no CPR e registro complementar para equilibrar os saldos contábeis. Regularização efetivada no presente exercício.

SALDO INVERTIDO CRÉDITOS DISPONÍVEIS – POR CONTA CORRENTE

Refere-se a lançamentos efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, em razão de ajustes de saldos decorrentes de mudança de vinculação da Funai do Ministério da Justiça/MJSP para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/MMDH, e vice e versa, cuja correção ficou a cargo de gestão

conjunta do MJSP e STN, conforme consta da MSG2020/0037578, da UG 200003, CCONT/MJSP.

TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA

Trata-se de créditos recebidos de outros órgãos para execução de ações inerentes à área de atuação de interesse desta Fundação cuja prestação de contas está em fase de análise e conclusão. Quanto aos créditos transferidos desta Fundação para outros órgãos, as prestações de contas estão sendo analisadas e outras já diligenciadas para justificar procedimentos que não teve, inicialmente, aprovação por esta Funai.

As contas do subgrupo do ativo imobilizado (bens móveis) da Funai apresentaram valores que impossibilitam atestar a existência física do bem, a integralidade dos registros e fidedignidade das informações, tendo em vista que a maioria das Unidades Gestoras não concluiu o inventário físico.

Cabe salientar, que com relação aos bens imóveis não podemos atestar, também, se todas as unidades realizaram os procedimentos de reavaliação dentro do estabelecido nos normativos específicos.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

De acordo com análise nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balancos Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, do exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília-DF 12 de fevereiro de 2020

Alvino José Leite
CRC n.º DF-014393/O-7
Contador Responsável

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	38.954.403,17	56.315.250,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.841.142,81	52.444.070,03
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.653.093,27	3.502.681,35
Estoques	460.167,09	368.498,75
ATIVO NÃO CIRCULANTE	102.728.813.719,65	98.771.840.274,12
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.764.440,13	12.707.964,63
Créditos a Longo Prazo	8.623.829,11	8.603.161,25
Dívida Ativa Não Tributária	8.623.829,11	8.603.161,25
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.140.611,02	4.104.803,38
Investimentos	692,10	692,10
Participações Permanentes	73,64	73,64
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,35	0,35
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	73,29	73,29
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46
Imobilizado	102.708.885.583,87	98.758.209.738,77
Bens Móveis	164.637.434,69	154.512.640,80
Bens Móveis	213.650.073,87	192.011.544,07
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-49.012.639,18	-37.498.903,27
Bens Imóveis	102.544.248.149,18	98.603.697.097,97
Bens Imóveis	102.545.326.243,05	98.604.310.408,01
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.078.093,87	-613.310,04
Intangível	7.163.003,55	921.878,62
Softwares	7.145.235,57	904.110,64
Softwares	7.145.235,57	904.110,64
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98
TOTAL DO ATIVO	102.767.768.122,82	98.828.155.524,25

Tabela 35 – Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	110.130.996,88	38.663.230,90
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	59.493.304,12	24.747.818,30
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.068.335,00	4.643.177,73
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	2.135,32
Demais Obrigações a Curto Prazo	49.569.357,76	9.270.099,55
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.447.479,57	393.824,15
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	2.004.233,17	229.430,69
Demais Obrigações a Longo Prazo	1.443.246,40	164.393,46
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	113.578.476,45	39.057.055,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Resultados Acumulados	102.654.189.646,37	98.789.098.469,20
Resultado do Exercício	3.865.178.065,96	400.577.487,43
Resultados de Exercícios Anteriores	98.789.098.469,20	98.389.004.254,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-86.888,79	-483.272,57
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.654.189.646,37	98.789.098.469,20
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.767.768.122,82	98.828.155.524,25

Tabela 36 – Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial II

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas no quadro acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	33.290,00	33.290,00	631.960,08	598.670,08
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	191,12	191,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	191,12	191,12
Outras Receitas Correntes	33.290,00	33.290,00	631.768,96	598.478,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	8.143,00	8.143,00	1.108,84	-7.034,16
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	255.552,87	255.552,87
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	25.147,00	25.147,00	375.107,25	349.960,25
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	33.290,00	33.290,00	631.960,08	598.670,08
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	33.290,00	33.290,00	631.960,08	598.670,08
DEFICIT	-	-	637.809.638,01	637.809.638,01
TOTAL	33.290,00	33.290,00	638.441.598,09	638.408.308,09
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-

Tabela 37 – Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

DESPESA					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	594.352.208,00	633.885.095,00	612.601.150,20	498.000.729,49	21.283.944,80
Pessoal e Encargos Sociais	422.387.468,00	444.165.924,00	442.718.123,00	384.553.756,32	1.447.801,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	171.964.740,00	189.719.171,00	169.883.027,20	113.446.973,17	19.836.143,80
DESPESAS DE CAPITAL	19.021.334,00	24.647.334,00	25.840.447,89	7.060.554,76	-1.193.113,89
Investimentos	17.021.334,00	22.647.334,00	25.840.447,89	7.060.554,76	-3.193.113,89
Inversões Financeiras	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	613.373.542,00	658.532.429,00	638.441.598,09	505.061.284,25	20.090.830,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	613.373.542,00	658.532.429,00	638.441.598,09	505.061.284,25	20.090.830,91
TOTAL	613.373.542,00	658.532.429,00	638.441.598,09	505.061.284,25	20.090.830,91

Tabela 38 – Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário II

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964)	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-142.902.995,04
Recursos Vinculados	-6.698.225,19
Educação	4.199,35
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-783.679,32
Previdência Social (RPPS)	-552.242,95
Receitas Financeiras	-2.701.006,36
Operação de Crédito	-4.414.316,99
Alienação de Bens e Direitos	13.700,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.735.121,08
TOTAL	-149.601.220,23

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	69.191.634,41	24.900.761,41	24.890.486,78	20.785.885,78	46.621.207,24
Pessoal e Encargos Sociais	13.705.254,78	25.557,51	25.557,51	86.659,75	13.679.697,27
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.486.379,63	24.875.203,90	24.864.929,27	20.699.226,03	32.941.509,97
DESPESAS DE CAPITAL	44.771.894,83	42.431.405,20	42.375.265,20	397.031,71	2.570.825,29
Investimentos	28.885.974,83	28.275.485,20	28.219.345,20	397.031,71	840.825,29
Inversões Financeiras	15.885.920,00	14.155.920,00	14.155.920,00	-	1.730.000,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	113.963.529,24	67.332.166,61	67.265.751,98	21.182.917,49	49.192.032,53
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	31.544.776,11	31.561.706,08	113.586,62	644.952,70	
Pessoal e Encargos Sociais	28.029.653,25	28.029.653,25	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	3.515.122,86	3.532.052,83	113.586,62	644.952,70	
DESPESAS DE CAPITAL	1.917.408,87	1.628.540,09	-	301.140,90	
Investimentos	1.917.408,87	1.628.540,09	-	301.140,90	
TOTAL	33.462.184,98	33.190.246,17	113.586,62	946.093,60	

Tabela 39 – Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário (restos a pagar)

Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

As principais origens das alterações na situação líquida da Funai em 2019 foram: o Superávit Patrimonial do exercício no valor de R\$ 3.865 bilhões, o que corresponde a 864,90% acima do resul-

tado de 2019, em decorrência da variação da conta Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Reavaliação de Ativos, que em 2019 registrou R\$ 3,4 bilhões a mais que 2018.



Foto: Mário Vieira/FUNAI

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.919.384.423,03	1.552.054.733,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	5.281,92
Impostos	-	-
Taxas	-	5.281,92
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	191,12	136,40
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	191,12	136,40
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.914,34	25,15
Juros e Encargos de Mora	1.780,30	25,15
Transferências e Delegações Recebidas	1.202.877.924,34	1.135.520.488,89
Transferências Intragovernamentais	1.191.471.540,47	1.130.138.258,31
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.406.383,87	5.382.230,58
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	5.715.100.988,14	416.128.968,98
Reavaliação de Ativos	5.024.329.737,19	160.234.184,78
Ganhos com Incorporação de Ativos	665.114.049,81	255.695.619,91
Ganhos com Desincorporação de Passivos	25.657.201,14	199.164,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.403.405,09	399.832,21
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.403.405,09	399.832,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.054.206.357,07	1.151.477.246,12
Pessoal e Encargos	412.263.744,05	372.926.873,06
Remuneração a Pessoal	355.542.716,24	312.507.517,74
Encargos Patronais	37.677.524,32	41.690.464,64
Benefícios a Pessoal	17.707.160,84	17.803.682,93
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.336.342,65	925.207,75
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	55.390.047,62	51.417.557,26
Aposentadorias e Reformas	15.203.866,80	13.477.312,59
Pensões	40.040.093,00	37.759.848,13
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	146.087,82	180.396,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	141.555.792,41	110.622.821,95
Uso de Material de Consumo	21.157.130,41	21.265.985,72
Serviços	109.513.860,45	79.722.466,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.884.801,55	9.634.369,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	514.938,84	7.983,48
Juros e Encargos de Mora	514.938,84	7.978,02
Descontos Financeiros Concedidos	-	5,46
Transferências e Delegações Concedidas	620.354.603,15	561.718.901,17
Transferências Intragovernamentais	605.893.188,02	553.240.638,62
Transferências ao Exterior	1.177.346,54	3.556.229,67
Outras Transferências e Delegações Concedidas	13.284.068,59	4.922.032,88
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.806.701.816,96	44.078.697,30
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.686.881.326,63	8.266.549,49
Perdas Involuntárias	131.823,20	116.058,71
Incorporação de Passivos	38.835.030,17	-
Desincorporação de Ativos	80.853.636,96	35.696.089,10
Tributárias	264.370,51	275.462,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	141.181,67	169.908,80
Contribuições	123.188,84	105.553,82
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	17.161.043,53	10.428.949,28
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	17.161.043,53	10.428.949,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.865.178.065,96	400.577.487,43

Tabela 40 – Variações patrimoniais quantitativas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentam as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e

c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	32.461.432,83	69.941.334,41
INGRESSOS	1.195.497.957,59	1.131.877.758,05
Receitas Derivadas e Originárias	631.960,08	149.195,79
Receita Tributária	-	3.697,35
Receita de Serviços	191,12	136,40
Outras Receitas Derivadas e Originárias	631.768,96	145.362,04
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.194.865.997,51	1.131.728.562,26
Ingressos Extraorçamentários	2.691.755,06	1.216.876,80
Transferências Financeiras Recebidas	1.191.471.540,47	1.130.138.258,31
Arrecadação de Outra Unidade	702.701,98	373.427,15
DESEMBOLSOS	-1.163.036.524,76	-1.061.936.423,64
Pessoal e Demais Despesas	-512.569.828,93	-463.613.735,46
Administração	-182.000,00	-300,00
Assistência Social	-	-123.294,58
Previdência Social	-169.425.327,01	-142.727.918,33
Educação	-15.846,10	-430.807,00
Cultura	-694.918,45	-1.136.196,30
Direitos da Cidadania	-342.186.436,86	-318.896.231,21
Agricultura	-36.658,92	-182.619,41
Encargos Especiais	-28.497,70	-116.512,52
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-143,89	143,89
Transferências Concedidas	-41.883.237,31	-43.860.156,34
Intragovernamentais	-38.719.629,77	-42.290.187,67
Outras Transferências Concedidas	-3.163.607,54	-1.569.968,67
Outros Desembolsos Operacionais	-608.583.458,52	-554.462.531,84
Dispêndios Extraorçamentários	-2.690.265,48	-1.221.893,22
Transferências Financeiras Concedidas	-605.893.188,02	-553.240.638,62
Demais Pagamentos	-5,02	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-51.064.360,05	-22.562.272,19
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-51.064.360,05	-22.562.272,19
Aquisição de Ativo Não Circulante	-39.996.564,63	-16.240.798,63
Outros Desembolsos de Investimentos	-11.067.795,42	-6.321.473,56
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-18.602.927,22	47.379.062,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	52.444.070,03	5.065.007,81
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	33.841.142,81	52.444.070,03

Tabela 41 – Fluxos de caixa das atividades operacionais

Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro (BF) são evidenciadas as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	631.960,08	149.195,79
Ordinárias	-	-
Vinculadas	655.990,08	153.818,91
Alienação de Bens e Direitos	16.020,00	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	639.970,08	153.818,91
Recursos a Classificar	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.030,00	-4.623,12
Transferências Financeiras Recebidas	1.191.471.540,47	1.130.138.258,31
Resultantes da Execução Orçamentária	1.061.558.409,34	1.031.807.256,65
Repasso Recebido	525.025.703,74	516.740.520,00
Sub-repasso Recebido	536.532.705,60	515.066.736,65
Independentes da Execução Orçamentária	129.913.131,13	98.331.001,66
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	129.776.722,58	97.417.776,34
Movimentação de Saldos Patrimoniais	136.408,55	913.225,32
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	136.774.770,88	147.028.909,95
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	29.801.545,40	31.474.932,87
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	103.578.768,44	113.963.529,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.691.755,06	1.216.876,80
Outros Recebimentos Extraorçamentários	702.701,98	373.571,04
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	143,89
Arrecadação de Outra Unidade	702.701,98	373.427,15
Saldo do Exercício Anterior	52.444.070,03	5.065.007,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.444.070,03	5.065.007,81
TOTAL	1.381.322.341,46	1.282.381.371,86

Tabela 42 – Balanço Financeiro (ingressos)

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Despesas Orçamentárias	638.441.598,09	628.348.069,67
Ordinárias	513.482.583,13	501.149.116,62
Vinculadas	124.959.014,96	127.198.953,05
Seguridade Social (Exceto Previdência)	40.433.171,00	22.524.796,61
Previdência Social (RPPS)	79.795.931,00	80.661.735,00
Receitas Financeiras	2.729.912,96	-
Operação de Crédito	-	23.899.828,01
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.000.000,00	112.593,43
Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	605.893.188,02	553.240.638,62
Resultantes da Execução Orçamentária	537.346.433,71	515.074.310,82
Repasse Concedido	13.728,11	7.574,17
Sub-repasse Concedido	536.532.705,60	515.066.736,65
Repasse Devolvido	800.000,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	68.546.754,31	38.166.327,80
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	67.617.474,60	37.749.763,24
Demais Transferências Concedidas	207.313,96	33.031,18
Movimento de Saldos Patrimoniais	721.965,75	383.533,38
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	103.146.412,54	48.348.593,54
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	33.190.246,17	1.080.707,21
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	67.265.751,98	46.045.993,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.690.265,48	1.221.893,22
Outros Pagamentos Extraorçamentários	148,91	-
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	143,89	-
Demais Pagamentos	5,02	-
Saldo para o Exercício Seguinte	33.841.142,81	52.444.070,03
Caixa e Equivalentes de Caixa	33.841.142,81	52.444.070,03
TOTAL	1.381.322.341,46	1.282.381.371,86

Tabela 43 – Balanço Financeiro (dispêndios)



Foto: Edison Bueno/FUNAI

4.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Fundação Nacional do Índio – Funai, foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NB-CASP), tais como: NBC TSP Estrutura Conceitual e Resoluções CFC nº 1.133 a 1.137/2008). Além disso, foram observadas as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição (Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 2/2016 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 840/2016), e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), Portaria STN nº 700/2014), bem como, considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e nas demais normas aplicáveis.

4.1.1. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Funai, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem limite de saque com vinculação de

pagamento, na conta única, e demais depósitos bancários. Os valores disponibilizados à Funai são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(b) Depósitos restituíveis

De acordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, a União está obrigada a adotar o princípio de unidade de caixa. Esse decreto estabelece que todos os ingressos e dispêndios da União sejam controlados em um único grupo que representará o Caixa da União.

Neste sentido os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extraorçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes, estão contabilizados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, no subgrupo Outros Bancos.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(d) Estoques

Os estoques compreendem o almoxarifado. Na entrada, estes bens são avaliados pelo

valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo referentes a depósitos judiciais efetuados. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Funai tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunções 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

A Funai está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do módulo Patrimônio

do Sistema SIADS.

Quanto à aplicação da NBC T 16.10, a maioria das Unidades Gestoras vinculadas à Funai não realizou a avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.35, em conformidade com as orientações da referida macrofunção. As Unidades Gestoras que não realizaram a avaliação dos bens apresentaram justificativas que estão evidenciadas na Declaração do Contador.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, de acordo com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 6.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 7.2 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos ge-

rais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI, por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.



(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da Funai são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- a) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- b) fornecedores e contas a pagar;
- c) obrigações fiscais; e
- d) demais obrigações.

(j) Apuração do resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados: (a) patrimonial; (b) orçamentário; e (c) financeiro.

(k.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA's são reconheci-

das quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(I) Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis Consolidadas:

É realizada mensalmente pela Setorial Contábil - CCONT, conforme estabelecido no inciso VIII, do art 62 do Regimento Interno da Funai (Portaria nº 666/2017).

Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

4.2. Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis Consolidadas

4.2.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Em 31/12/2018, a Funai apresentou um saldo de R\$ 52,4 milhões relacionados com “Caixa e Equivalentes de Caixa”. Observou-se que houve um acréscimo de 1035,42% nesses valores, comparando-se ao mesmo período de 2017, conforme [Tabela 1](#).

A Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento - OFSS representou 31,63% dos valores de Caixa e Equivalente de Caixa da Funai em 2019, distribuídos nas Unidades Gestoras, com 3 milhões concentrados na UG 194088 – Unidade Orçamentária da Funai, e refere-se à valores recebidos que em decorrência da au

sência de execução, permanecem vigentes, cujos saldos foram inscritos em Restos a Pagar.

A Conta Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento – ordem de pagamento - OFSS representa 87,60% dos valores de Caixa e Equivalente de Caixa da Funai em 2019.

4.2.2. Imobilizado

Em 31/12/2019, a Funai apresentou um saldo de R\$ 102,708 bilhões relacionados a imobilizado, que representa 99,94% do ativo total.

COMPOSIÇÃO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Ativo Circulante	2019	2018	AH
Limite de saque com vinculação de pagamento - OFSS	4.195.572,39	23.136.597,26	451,45%
Limite de saque com vinculação de pagamento - ordem pagamento - OFSS	29.645.570,42	29.307.472,77	1,15%
Total	52.444.070,03	5.065.007,81	35,47%

Tabela 44 – Composição de caixa e equivalente de caixa

Fonte: SIAFI, 2019.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2019, discriminando-se na última coluna a variação percentual ocorrida entre os períodos.

IMOBILIZADO – COMPOSIÇÃO		
Imobilizado	2018	2019
Bens Móveis	154.512.641	164.637.434
(+) Valor Bruto Contábil	192.011.544	213.650.073
(-) Depreciação/Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Móveis	-37.498.903	-49.012.639
Bens Imóveis	98.603.697.098	102.544.248.149
(+) Valor Bruto Contábil	98.604.310.408	102.545.326.243
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-613.310	-1078.093
Total	98.758.209.739	102.708.885.583

Tabela 45 – Imobilizado: composição

Fonte: SIAFI, 2019.

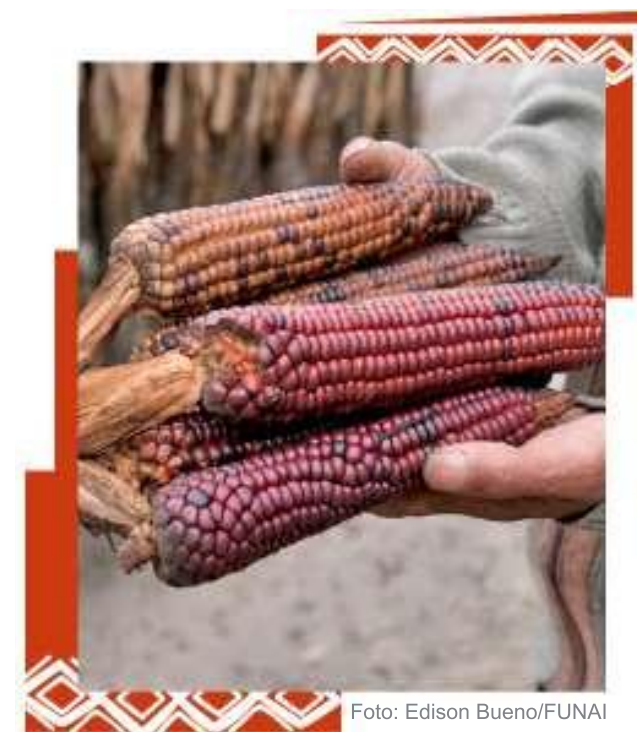


Foto: Edison Bueno/FUNAI

4.2.3. Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da Funai em 31/12/2019 totalizavam R\$ 102,5 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela ao lado.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial registrados no SPIUnet correspondem a 99,99 % de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Funai, perfazendo o montante de R\$ 102 bilhões em 31/12/2019 a valores brutos. A composição desses bens é demonstrada na tabela da página seguinte (Tabela 4).



Foto: Edison Bueno/FUNAI

BENS IMÓVEIS – COMPOSIÇÃO		
Bens imóveis	2018	2019
Bens de uso especial registrados no SPIUNET	98.576.833.594	102.545.326.243
Bens de uso especial não registrados SPIUNET	4.264.975	4.264.975
Bens dominicais não registrados no SIAPA	199.533	199.533
Bens imóveis em andamento	18.824.442	17.264.295
Instalações	3.804.197	3.476.281
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	118.750	118.750
Demais bens imóveis	264.917	264.916
Valor bruto	98.604.310.408	102.545.326.243
Depreciação acumulada - bens imóveis	-613.310	-1.078.093
Total de bens imóveis	98.604.923.718	102.546.404.336

Tabela 46 – Bens imóveis: composição
Fonte: SIAFI, 2019.

4.2.4. Intangível

Em 31/12/2019, a Funai, apresentou um saldo de **R\$ 7,02 milhões** relacionados a intangível.

4.2.5. Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2019 foi superavitário em **R\$ 3,865 bilhões** e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Observa-se que no resultado patrimonial do período houve um acréscimo de **864,9 %** quando comparado ao do exercício anterior.

Bens de uso especial registrados no SPIUNET	
Bens de uso especial registrados no SPIUNET	2019
Imoveis residenciais / comerciais	16342
Edifícios	114.357
Terrenos/glebas	4.045.987
Represas/acudes	87.926.856
Fazendas, parques e reservas	100.917.961.229
Museus/palacios	15.143.176

Tabela 47 – Bens de uso especial registrados no SPIUNET

Fonte: SIAFI, 2019.

Variações Patrimoniais Aumentativas versus Variações Patrimoniais Diminutivas		
	2018	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.552.054.734	6.919.384.423
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.151.477.246	3.054.206.357
Resultado Patrimonial do Período	400.577.487	3.865.178.065

Tabela 48 – Variações patrimoniais Aumentativas versus variações patrimoniais diminutivas

Fonte: SIAFI, 2019.

